



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 10/2024

(Processo Administrativo Eletrônico n. 0000742-67.2024.4.01.8003)

Torna-se público que a Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Estado do Amapá realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento de Menor Preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: **3-5-2024.**

Horário da fase de lances: **das 8h às 14h, horário de Brasília.**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de empresa para realizar assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do consultório da Seção Judiciária do Amapá (SJAP), conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência (anexo).

1.2. O objetivo da contratação é realizar assistência técnica preventiva e/ou corretiva dos equipamentos odontológicos, com periodicidade mínima de 4 (quatro) visitas mensais e com mão de obra inclusa nos termos da tabela abaixo:

Item	Unidade de medida do objeto	Quantidade / Meses	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	4 visitas mensais para manutenção preventiva e/ou corretiva	12	1.400,00	16.800,00

1.3. O critério de julgamento adotado será menor preço, observadas as exigências contidas neste aviso de contratação direta e em seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>), para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste aviso de contratação direta e de seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive de possíveis fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou no fornecimento do produto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores não poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no aviso de contratação direta e em seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n. 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8h da data estabelecida neste aviso de contratação direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste aviso de contratação direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 100,00 (cem reais).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem possibilidade de prorrogação e sem tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Nesse caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou com seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de

recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste aviso de contratação direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste aviso de contratação direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso de contratação direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste aviso de contratação direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n. 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de contratação direta e em seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n. 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) meses, mediante celebração de termo aditivo, caso haja interesse de ambas as partes.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o

encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste aviso de contratação direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste aviso de contratação direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste aviso de contratação direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei n. 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item 18 do termo de referência, anexo a este aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas

- PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores serem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste aviso de contratação direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste aviso de contratação direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste aviso de contratação direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este aviso de contratação direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para habilitação

9.13.2. ANEXO II - Minuta de Formulário de Proposta Comercial.

9.13.3. ANEXO III – Termo de Referência

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Para ser considerado habilitado o detentor da melhor proposta deverá estar em situação regular quanto ao item 6.3 e 6.3.1 e apresentar as declarações do item, conforme abaixo:

1.1 - Regularidade fiscal social e trabalhista

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal), mediante Certidão Conjunta relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a emissão de certidão negativa de débitos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL

Item	Unidade de medida do objeto	Quantidade/meses	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)

Numero do banco, agência e conta corrente:

Dados do representante legal: NOME, RG e CPF:

Telefone:

e-mail:

Local e data:

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Rogério Marques de Carvalho, Analista Judiciário**, em 24/04/2024, às 14:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20342511** e o código CRC **00090985**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para realizar assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do consultório da Seção Judiciária do Amapá (SJAP), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA E DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de manter em adequadas condições de funcionamento os equipamentos do consultório odontológico da Seção Judiciária do Amapá, por serem bens de uso contínuo, indispensáveis para as atividades de promoção da saúde bucal de magistrados, servidores, prestadores de serviços, estagiários e seus dependentes.

2.2. O objetivo da contratação é realizar assistência técnica preventiva e/ou corretiva dos equipamentos odontológicos, com periodicidade mínima de 04 (quatro) visitas mensais e com mão de obra inclusa nos termos da tabela abaixo, a seguir descritos:

Item	Unidade de medida do objeto	Quantidade/meses	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
1	4 visitas mensais para manutenção preventiva e/ou corretiva	12	1.400,00	16.800,00

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura e publicação do contrato, prorrogável por mais 30 meses, de conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.4. O serviço é enquadrado como continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

2.5. Relação dos equipamentos Odontológicos presentes no Consultório Odontológico da Seção Judiciária do Amapá (SJAP), para os quais serão necessárias as manutenções preventivas e corretivas:

Item	Quantidade	Descrição	Marca/modelo	Tombo
1	1	Micromotor	DX 700	5082
2	1	Contra ângulo	DX 700	5082
3	1	Caneta de alta rotação	DX 700	5082

4	1	Autoclave	Digitale / Bios 19 litros	5094
5	1	Fotopolimerizador	Schuster / Emitter A	9518
6	1	Ultrassom	Schuster / Jetlaxis Sonic BP II	9519
7	2	Negatoscópio	Blue	5092 e 5093
8	1	Cadeira odontológica	Dabi Atlante / Croma	4757
11	1	Refletor	Dabi Atlante / Reflex LD	4760
12	1	Compressor de ar	FIAC / 30 litros	9869
13	1	Destilador de água	Cristófoli	9424

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência são classificados como serviços comuns, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, visto que o cumprimento do objeto exige padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Ademais, os serviços são classificados como serviços contínuos, conforme o disposto no Art. 6º, XV, da mesma legislação, uma vez que são considerados serviços contínuos para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

3.3. Dessa forma, a contratação dos serviços de assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do consultório do órgão público se enquadra nas categorias de serviço comum e contínuo, sujeitando-se aos procedimentos simplificados previstos na legislação aplicável.

4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Fica estabelecido que a contratação dos serviços de assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do consultório da SJAP será realizada por meio de dispensa de licitação, tendo em vista o disposto no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, que atualizou o teto da contratação por dispensa para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

5. FORMAÇÃO DO PREÇO

5.1. Para determinar o preço dos serviços, será conduzida pesquisa de mercado com base em orçamentos obtidos de fornecedores e empresas especializadas.

5.2. O preço médio resultante da pesquisa será usado como referência de parâmetro máximo para a proposta da empresa contratada.

5.3. A proposta deverá ser coerente com o preço médio, demonstrando transparência nos custos e o preço final estará sujeito à análise e aprovação do órgão contratante.

6. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. Trata-se de contrato administrativo contínuo ou de prestação continuada, que será formalizado por Termo de Contrato. Porém, a critério da administração, será elaborado outro instrumento adequado.

6.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) meses, mediante celebração de Termo Aditivo, caso haja interesse de ambas as partes.

7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Será designado o Supervisor da Seção de Bem-Estar Social para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

8.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

8.1.1. A utilização de produtos químicos com registro no Ministério da Agricultura e na ANVISA, bem como o atendimento das devidas licenças ambientais para execução dos objetos deste Estudo Técnico;

8.1.2. Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;

8.1.3. A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei no 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

8.1.4. Quanto às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, embora não se trata de regime de dedicação exclusiva, o que descaracteriza vínculo de emprego, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em relação às normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho;

Subcontratação:

8.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, ressalvada a hipótese de que trata o item 10.11.

Garantia da contratação:

8.3. Não haverá exigência da garantia da contratação;

Vistoria:

8.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira,

das 08:00 horas às 15 horas.

8.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.6. O agendamento da vistoria poderá ser realizado previamente através do telefone (96) 3198-9552, solicitando falar com a responsável pelo contrato.

8.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATADO

9.1. O pessoal técnico deverá ser devidamente habilitado para realizar dos serviços de assistência técnica preventiva e/ou corretiva dos equipamentos do consultório odontológico e a empresa contratada deverá comprovar a capacitação técnica através de, pelo menos, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o cumprimento o objeto licitado;

9.2. Será permitida a substituição do técnico responsável por substituto que comprove experiência equivalente ou superior, após aprovação deste pelo representante da administração;

9.3. Antes da composição dos valores para esta contratação, as empresas interessadas poderão fazer vistoria nos equipamentos. Caso contrário, não poderão alegar, posteriormente, desconhecimento do estado geral dos equipamentos.

10. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Local da entrega dos bens e/ou da execução dos serviços:

O local para entrega de peças e/ou equipamentos retirados e execução dos serviços de assistência técnica preventiva e/ou corretiva será no Consultório Odontológico da Seção Judiciária do Amapá, localizado no seguinte endereço:

Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Amapá
Rodovia Norte Sul, s/nº
Bairro: Infraero II
CEP: 68.908-911
Macapá-AP

10.2. A empresa contratada deverá prestar assistência técnica **preventiva e/ou corretiva** 4 (quatro) vezes ao mês, nos dias (dentro do período de segunda a sexta) e horários (dentro do período de 8 as 15 horas) determinados através de agendamento com a odontóloga da SJAP, e que vigorará até o final da execução do contrato.

10.3. O técnico responsável deverá proceder ao exame, testes, ajustes e consertos necessários de todos os equipamentos odontológicos, incluindo a substituição de peças, realização de desentupimento de todas as pontas e mangueiras pelas quais passem materiais orgânicos e/ou não orgânicos, limpeza do ralo da cuspeira, limpeza e lubrificação das canetas de alta e baixa rotação, drenagem e lubrificação do compressor, para que estejam em perfeitas condições de utilização.

10.4. Todo o material de consumo necessário à execução dos serviços será fornecido pela contratada.

10.5. As peças utilizadas para substituição deverão ser do mesmo fabricante das peças originais e deverão ser novas, ou seja, nunca ter sido utilizadas. Excepcionalmente, admitir-se-á a utilização de peças similares, quando previamente autorizada e somente após a fiscalização do contratante. Os equipamentos que estejam sem condições atuais de uso deverão ser consertados e, se necessário, deverá ser realizada a instalação de novas peças que eventualmente estejam faltando.

10.6. A instalação de peças faltantes e/ou troca de peças existentes será realizada com ônus para a Seção Judiciária do Amapá. Nesse caso, a empresa contratada deverá incluir no serviço de assistência técnica, a reposição de peças novas e originais com preços compatíveis com a realidade do mercado local ou, na ausência de fornecimento no Amapá, de acordo com a realidade no mercado nacional. O contratado deverá apresentar documento fiscal para comprovar as despesas com as peças substituídas.

10.7. O fiscal do contrato deverá proceder à confirmação dos preços das peças a serem instaladas e/ou trocadas, garantindo que o preço das mesmas esteja condizente com o valor do mercado local ou, se for o caso, nacional.

10.8. Caso haja necessidade de troca de peças, a contratada deverá comprovar ao fiscal do contrato, por meio de relatório técnico, a necessidade de substituição e o valor da (s) peça (s)a ser(em) substituída(s). As peças usadas que forem substituídas deverão ser devolvidas para a SEBES-AP para posterior desfazimento do bem.

10.9. Caso seja necessário realizar os serviços de manutenção corretiva em oficinas próprias, a retirada dos equipamentos ou partes destes só poderá ser feita mediante assinatura de Termo de Cautela, assinado pelo fiscal do contrato e pelo técnico responsável (ou seu substituto). Nesse caso, a devolução dos equipamentos ou partes destes deverá ser realizada no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a retirada, sendo que o técnico deverá montar e deixar novamente o equipamento no mesmo local e em perfeitas condições de funcionamento. As despesas de transporte, seguro e embalagem ficarão por conta da contratada.

10.10. Caso seja necessário terceirizar algum serviço de manutenção corretiva, o mesmo será autorizado somente após apresentação de relatório técnico justificando tal necessidade e mediante autorização prévia da SJAP, que verificará junto ao mercado os valores apresentados. A fatura referente a estes serviços deverá, a exemplo das demais, ser emitida pela contratada e em sua razão social. A responsabilidade pelos serviços executados por terceiros será integralmente atribuída à empresa contratada. Havendo necessidade de envio de algum equipamento para conserto em outra cidade, o custo do transporte deste será pago pela SJAP.

10.11. Caso seja necessário terceirizar algum serviço de manutenção corretiva, o mesmo será autorizado somente após apresentação de relatório técnico justificando tal necessidade e mediante autorização prévia da SJAP, que verificará junto ao mercado os valores apresentados. A fatura referente a estes serviços deverá, a exemplo das demais, ser emitida pela contratada e em sua razão social. A responsabilidade pelos serviços executados por terceiros será integralmente atribuída à empresa contratada. Havendo necessidade de envio de algum equipamento para conserto em outra cidade, o custo do transporte deste será pago pela

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer ferramentas, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para a SJAP.

11.2. Facilitar à SJAP o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, acatando as decisões e observações feitas pelo fiscal do contrato.

11.3. Apresentar relatório técnico ao final de cada mês, descrevendo os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva que foram executados, os problemas detectados, os equipamentos retirados, as peças substituídas, os dias e horários das visitas com assinatura do técnico responsável, e demais serviços realizados acompanhado da nota fiscal correspondente.

11.4. Refazer todo o serviço, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a entrega, em caso de recusa pela SJAP, colocando-o dentro dos padrões exigidos e promover a reparação, correção ou substituição, às suas expensas, de serviços e/ou peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou emprego de material inadequado durante a execução do serviço.

11.5. Arcar com todas as despesas e obrigações com encargos sociais, previdenciárias, fiscais, securitárias e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

11.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à SJAP e a terceiros na execução dos serviços, decorrentes de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela SJAP.

11.7. Manter-se durante todo o período da execução dos serviços em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.8. Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e com crachá de identificação da empresa.

11.9. Prestar garantia dos serviços de manutenção e das peças utilizadas nos equipamentos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados do primeiro dia útil após a data de conclusão dos serviços ou da devolução à SJAP dos equipamentos retirados para conserto, independentemente da natureza do defeito apresentado.

11.10. Comunicar à SJAP quaisquer fatos ou anormalidades que eventualmente possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da realização dos serviços prestados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução de todos os serviços ora contratados.

12.2. Efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias úteis após recebimento de todos os documentos exigidos no item 13.1 deste termo de referência.

12.3. A SJAP reserva-se o direito de pesquisar no mercado local, através da confecção de mapa de tomada de preços, onde sejam levantados no mínimo 3 (três) orçamentos, contemplando os preços de uma ou mais peças a serem substituídas, para a certificação de que o preço apresentado pela contratada está condizente com a realidade do mercado local. No caso de a SJAP encontrar preço inferior ao orçado pela contratada, reserva-se a esse direito de revisão no preço apresentado, adequando-o ao menor valor orçado.

12.4. Assegurar aos técnicos da empresa contratada o acesso aos equipamentos, durante o tempo necessário para a execução dos serviços, respeitadas as normas de segurança interna da SJAP.

12.5. Manter os equipamentos odontológicos em local apropriado para o seu bom funcionamento, de acordo com as especificações técnicas descritas em seus manuais operacionais.

12.6. Informar à empresa contratada sobre qualquer irregularidade apresentada no funcionamento dos equipamentos.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias úteis contados a partir da certificação da nota fiscal, a qual deverá ser entregue acompanhada de documentos que comprovem as habilitações fiscal, social e trabalhista de que trata o Art. 68 da Lei 14.133/2021. O fiscal do contrato ou substituto em exercício certificará a nota fiscal quando todos os documentos necessários para a liquidação da despesa forem entregues, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa da documentação.

14. PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A contratada deverá comparecer para manutenção corretiva dos equipamentos no período máximo de até 2 (duas) horas após ser comunicada por telefone, por escrito ou pessoalmente pela SEBES-AP através de qualquer um dos servidores lotados nesta seção.

14.2. A devolução dos equipamentos ou partes destes deverá ser realizada no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a retirada quando necessário conserto fora da SJAP.

14.3. Quando for necessária a troca de peças, a empresa contratada terá que realizar a substituição das mesmas no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir do momento da visita técnica na SJAP.

14.4. A critério da SEBES-AP poderá ser concedido prazo superior ao estabelecido contratualmente, desde que os motivos de caráter técnico ou força maior sejam apresentados pela contratada por escrito e aceitos pela contratante.

15. GARANTIA

15.1. O prazo de garantia dos serviços e/ou peças substituídas será de 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento definitivo dos mesmos.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. A vigência da contratação será de doze meses, contados a partir da assinatura do contrato.

17.2. O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, ressalvado o último período que poderá ter duração máxima de 6 (seis) meses, respeitada a **vigência máxima de 42 (quarenta e dois) meses**, desde que a autoridade competente, nos termos Lei Federal nº 14.133 de 2021 ateste:

17.2.1. A maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

17.2.2. No início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

17.3. A administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.4. A extinção mencionada no item 14.3 ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 art. 155, a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar;

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. A sanção prevista no item 16.1.2 será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

18.4. Nas hipóteses em que não haja prefixação do tempo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção de multa.

18.5. Se em decorrência de ação ou omissão, que não resulte em inexecução parcial ou total do objeto contratado, o cumprimento da obrigação se tornar inútil em momento posterior, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato e por ocorrência, sem prejuízos das demais cominações contratuais e legais aplicáveis.

18.6. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado, se for o caso.

18.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

18.7.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

18.7.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

18.8. Vencidos os prazos sem o cumprimento da obrigação, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para fazê-la, sem prejuízo das multas previstas nos subitens 16.3. e 16.4, conforme o caso.

18.9. As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

18.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.11. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

ANEXO I

1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

1.1. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de defeitos e quebras dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento dos mesmos, conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição dos serviços

1	Revisão e lubrificação do micromotor
2	Revisão e lubrificação do contra ângulo
3	Revisão e lubrificação da caneta de alta rotação
4	Revisão elétrica e aferimento do ciclo da autoclave
5	Revisão elétrica e aferimento da potência do fotopolimerizador
6	Revisão elétrica do ultrassom
7	Revisão elétrica do negatoscópio
8	Revisão elétrica da cadeira odontológica
9	Revisão pneumática com limpeza de válvula do equipo
10	Revisão elétrica do refletor
11	Revisão pneumática, com limpeza de válvula, da unidade auxiliar
12	Revisão elétrica, regulagem de pressão e drenagem da água do compressor de ar
13	Revisão elétrica do destilador de água

2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.1. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os aparelhos em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição autorizada de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao reestabelecimento das condições de funcionamento dos aparelhos, tudo em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante.

2.2. A partir da assinatura do contrato, a empresa contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar uma visita técnica com o fim de avaliar os equipamentos, emitindo laudo técnico sobre as suas atuais condições.

Macapá, data da assinatura eletrônica.

ELAINE GÓIS RODRIGUES
Supervisora da Sebes/SJAP e/e



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Gois Rodrigues, Supervisor(a) de Seção em exercício**, em 24/04/2024, às 12:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20374993** e o código CRC **D9F9D0B6**.

Rodovia Norte-Sul, s/n - Bairro Infraero II - CEP 68908-911 - Macapá - AP - www.trf1.jus.br/sjap/

0000742-67.2024.4.01.8003

20374993v18